Ata da Sessão Ordinária do dia 03 de junho de 2014.

Às 17h17min, do dia 03 de junho de 2014, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida São Francisco, 320, Primavera, reuniram-se em Sessão Ordinária os seguintes vereadores: Ayrton Zorzi, Adriano da Farmácia, Braz Andrade, Dr. Paulo, Dulcinéia Costa, Flávio Alexandre, Gilberto Barreiro, Hamilton Magalhães, Lilian Siqueira, Mário de Pinho, Maurício Tutty, Nei Borracheiro, Rafael Huhn e Wilson Tadeu Lopes. Após a chamada ficou constatada a ausência do vereador Hélio Carlos. Aberta a Sessão, sob a proteção de Deus, o Presidente colocou em discussão a Ata da Sessão Ordinária do dia 27/05/2014. Não havendo vereadores dispostos a discutir, a Ata foi colocada em **única votação**, sendo aprovada por 13 (treze) votos. Em seguida, o Presidente Gilberto Barreiro apresentou algumas considerações. Informou que na última Sessão Ordinária, por precaução, encerrou a Sessão por causa do tumulto. Lembrou que tentou, sem sucesso, conter as manifestações. Observou dentre os presentes algumas figuras do município no exercício da democracia. Declarou que não usou o Regimento Interno, que proíbe qualquer tipo de manifestação. Pediu que a população se contivesse e se manifestasse somente após do uso da palavra pelos vereadores. Pediu que os vereadores não usassem seus mandatos para instigar, mas sim para o exercício da democracia. Pediu que não fosse necessário suspender a Sessão Ordinária. Após o discurso, o Presidente determinou que o 1º Secretário da Mesa Diretora procedesse à leitura dos expedientes encaminhados à Câmara. **EXPEDIENTE DO EXECUTIVO:** -Ofício nº 49/2014 encaminhado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente convidando os vereadores e servidores para as atividades da Semana do Meio Ambiente, que acontecerá dos dias 02/06/2014 a 08/06/2014. - Ofício nº 180/2014 encaminhando o texto substitutivo do Projeto de Lei nº 626/2014, tendo em vista a inserção do art. 3º, com o seguinte o seguinte teor: "os valores venais de 2013 serão atualizados pelo índice legal." **EXPEDIENTE DE DIVERSOS:** -Comunicado do Ministério da Educação referente à liberação de recursos financeiros para a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor total de R$ 81.858,32. - Comunicados do Ministério da Saúde referentes à liberação de recursos financeiros para o Fundo Municipal de Saúde, no valor total de R$ 293.451,57. - Ofício de Cláudia Regina de Souza Santos, solicitando local na Câmara Municipal para a realização da "3ª Capacitação na área de Assistência de enfermagem em estomas intestinais e urinário" aos enfermeiros do "Programa Estratégia da Saúde da Família e Unidades Básicas de Saúde", no dia 13 de Agosto de 2014, de 8h às 16h. - Petição encaminhada pelo Sr. Carlos Eduardo de Oliveira Ribeiro, solicitando ao Presidente Gilberto Barreiro a deflagração do processo de cassação da vereadora Dulcinéia Costa pela prática das infrações políticas-administrativas, previstas no inciso III do art. 7º do Decreto-Lei nº 201/1967, com a tramitação nos termos do art. 5º de referida norma. - Ofício do Instituto para o Desenvolvimento de Pouso Alegre - IDIPAR manifestando solidariedade com a população e com os vereadores que defendem a apuração do pagamento de "super salários", para servidores da saúde da rede municipal. - Ofício nº 310/14 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Dr. Margarida Alvarenga requisitando informações acerca do Projeto de Lei nº 569/13 que "autoriza a Chefe do Poder Executivo de Pouso Alegre a transferir o imóvel que menciona à empresa Potencial TJT Poços Artesianos e Construtora Ltda, CNPJ nº 03.681.600/0001-50, descaracteriza área verde e dá outras providências, observada a vedação contida na Lei Orgânica de Pouso Alegre, art. 13, parágrafos 1º e 5º, no prazo de 05 dias. - Ofício encaminhado pelos Promotores de Justiça da Comarca de Pouso Alegre, solicitando cópia da gravação da Sessão Ordinária na qual o ilustre Secretário Municipal de Saúde prestou esclarecimentos ao Poder Legislativo, no prazo de 10 dias úteis. **EXPEDIENTE DO LEGISLATIVO:** INDICAÇÃO: Vereador(a) Ney Borracheiro: - Nº 00380/2014: Solicita a construção de faixa elevada no bairro São Cristóvão, na Avenida Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, altura do nº 3360, em frente a Igreja Congregação Cristã no Brasil. - Nº 00381/2014: Solicita a instalação de boca de lobo na Avenida Antonio Scodeller, no bairro Faisqueira, na altura do número 990. - Nº 00382/2014: Solicita o recapeamento asfáltico na rua 17, no bairro Morumbi. - Nº 00383/2014: Solicitar a capina e a limpeza, no Bairro Jatobá, em toda a sua extensão. - Nº 00384/2014: Solicita a limpeza e a capina do Bairro Belo Horizonte, em toda a sua extensão. - Nº 00385/2014: Solicita o término do passeio no bairro Fátima, na rua Antônio Lemes da Silva. Vereador(a) Mário de Pinho: - Nº 00386/2014: Solicita a realização do patrolamento e do cascalhamento em 300 metros da estrada do bairro Cruz Alta. Local: da oficina do Sr. Danilo até o barracão do Sr. José Arnaldo. - Nº 00387/2014: Reitera solicitação de realização de operação tapa-buracos em toda extensão da rua Salvador dos Santos Patrício, no bairro Jardim Paraíso. - Nº 00388/2014: Reitera a solicitação para que se faça a instalação de 3 (tres) redutores de velocidade na rua Maria Guilhermina Franco, no bairro Costa Rios. - Nº 00389/2014: Reitera a solicitação ao setor responsável da Administração Pública para que se faça o asfaltamento ou o calçamento de algumas ruas do bairro São Geraldo. - Nº 00390/2014: Reitera a solicitação ao setor responsável da Administração para que se faça a identificação das vagas para estacionamento na travessa Gino D' Ajioni, localizada no centro da cidade. - Nº 00391/2014: Reitera a solicitação de revitalização de algumas ruas do bairro São Geraldo. - Nº 00392/2014: Reitera a solicitação de asfaltamento ou calçamento da rua Daniel Paulino dos Santos (parte), no Bairro São Geraldo. - Nº 00393/2014: Reitera a solicitação de colocação de placas de sinalização, em caráter de urgência, no local de construção dos redutores de velocidade na estrada do bairro Distrito de São José do Pantano, e a designação da data da sinalização para que a Secretaria possa executar a obra. - Nº 00394/2014: Reitera a solicitação para que seja feita a identificação da Policlínica, através do aumento do número de placas indicativas, indicando sentido centro x bairro São Geraldo e, bairro São Geraldo x Centro, na Avenida Vereador Antônio da Costa Rios e nas ruas adjacentes, paralelas a avenida do lado da Policlínica, no bairro São Geraldo. - Nº 00395/2014: Reitera a solicitação de asfaltamento ou calçamento com bloquetes, em frente a Igreja da comunidade de São Pedro, no bairro da Serrinha. - Nº 00396/2014: Reitera a solicitação de asfaltamento ou o calçamento com bloquetes, em frente à Igreja da Comunidade de São Sebastião, no bairro de São Sebastião do Pantaninho. - Nº 00397/2014: Solicita a colocação de manilhas para escoamento das águas das chuvas, em frente à Igreja da comunidade de São Pedro, no bairro da Serrinha. Vereador(a) Ayrton Zorzi: - Nº 00398/2014: Solicita a limpeza e a capina dos canteiros da Avenida Moisés Lopes, bairro São Carlos, em toda sua extensão. - Nº 00399/2014: Solicita a realização de operação tapa-buracos na Av. José Agripino Rios, Bairro São Carlos, em toda sua extensão. Vereador(a) Flávio Alexandre: - Nº 00400/2014: Solicita a instalação de dois redutores de velocidade na Rua Lamartine Silva Paiva, um na altura da esquina com a Rua Luiz Ferreira da Silva e outro na altura da esquina com a Rua Vitório Ferracioli, no Bairro Jardim Olímpico. Vereador(a) Adriano da Farmácia: - Nº 00401/2014: Solicita a realização de recapeamento asfáltico na Avenida Hebert de Campos (AVENIDA DIQUE II). - Nº 00402/2014: Solicita a limpeza e a capina da Avenida Joaquim Augusto Moreira Queiroz, bem como a notificação ao proprietário de um terreno na altura do número 144, localizado na mesma rua, no bairro São Carlos. - Nº 00403/2014: Solicita a limpeza e a capina da Avenida Moisés Lopes da Silva, no bairro Árvore Grande. - Nº 00404/2014: Solicita que se realize uma gestão junto ao 20° Batalhão de Polícia Militar, para que se intensifique o policiamento, principalmente nos finais de semana, na Avenida Vicente Simões, em caráter de urgência. MOÇÃO: - Moções Nº 00098/2014 a 00146/2014: Moção de Aplauso pela participação e desempenho na I Feira Nacional do Empreendedor, com a empresa Naturalle Lanches Saudáveis, aos estudantes: Ariane Yasmin Costa, Bruna de Oliveira Cid, Guilherme Henrique dos Santos, Hévila Jordana de Paula, Jéssica Aparecida Floriano, Taíse Francielen Silva Morais, Hebert Costa Carvalho, Paulo Rodrigo Lisboa Rodrigues, Ana Caroline dos Reis Souza, Bruna Sandoval Salvador, Geisa Karol Marques Prado, Joice Cleide Aparecida dos Santos Marques, Juliana Tenório Pereira, Rúbia Mara Rosa Pereira, Thallyene Pereira da Costa, Luana Tiemi Couto Silva, Julio Allan dos Santos, Luiz Henrique de Oliveira, Petrus Rafael Castorino Leal, Brenda Melissa Teixeira, Marciana de Fátima Xavier, Milena Costa dos Santos, Lucas Matheus Major Momesso, Richard Ariel Gomes Camargo, Allyson da Silva Abreu, Nelson Ferreira, Thiago Borges Acácio, Andressa Leonor de Miranda, Maria Katiely Sales Castro, Yasmin Gomes de Paiva, Natália Luiza dos Santos Ferreira, Milena Ferreira de Souza, Luan Bueno Reis, John Evander Rocha, Daniel das Graças Minervino, Adriano de Almeida Junior, Gabriel Quirino de Souza, Vanessa Helena de Oliveira Rodrigues, Paula Carolina Almeida Damas, Luciele Cássia de Oliveira, Luana Gomes Pereira, Lorrane de Souza Dias, Tatiane Baldini, Maria Aparecida da Silva, Renan Tavares de Lima, Isabela Eugenio de Paiva Prado, Fernando César Gonçalves do Carmo, Rafael Marcantônio, Renato Tadeu Vasconcellos Oliveira. - Nº 00147/2014: Moção de Aplauso à coordenadora pedagógica do Centro Brasileiro de Cursos (CEBRAC), Graziela Mara Franco da Costa. - Nº 00148/2014: Moção de Aplauso à professora de Desenvolvimento Pessoal do Centro Brasileiro de Cursos (CEBRAC), Maria da Penha Marcossi. - Nº 00149/2014: Moção de Aplauso à gestora do Centro Brasileiro de Cursos (CEBRAC), Juliana Zanesco Carettoni. - Nº 00150/2014: Moção Aplauso à supervisora comercial do Centro Brasileiro de Cursos (CEBRAC), Rebeka Alves Carveiro. - Nº 00151/2014: Moção de Aplauso à secretária do Centro Brasileiro de Cursos (CEBRAC), Halane Rizzatto. - Nº 00152/2014: Moção de Aplauso à secretária do Centro Brasileiro de Cursos (CEBRAC), Emanuelly Cristina de Paula. - Nº 00153/2014: Moção de Aplauso ao professor de administração do Centro Brasileiro de Cursos (CEBRAC), Elton Carettoni Junior. - Nº 00154/2014: Moção de Aplauso a Empresa Unilever de Pouso Alegre. - Nº 00155/2014: Moção de Aplauso aos Agentes de Mudança de Pouso Alegre. - Nº 00156/2014: Moção de Aplauso ao empresário Antônio Afonso da Silva, da empresa Expresso Gardenia Ltda. - Nº 00157/2014: Moção de Aplauso à Equipe BOXE CHINÊS TOP TEAM (NIK). - Nº 00158/2014: Moção de Aplauso ao Pouso-alegrense Cristiano Silva Felício. - Nº 00159/2014: Moção de Aplauso à Sra. Isabela Maria Gomes de Menezes. EMENDA: - Proposta de Emenda nº 02 ao Projeto de Lei nº 626/2014 de autoria do Ver. Hamilton Magalhães: ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DO PROJETO DE LEI Nº 626/2014. - Proposta de Emenda nº 03 ao Projeto de Lei nº 626/2014 de autoria do Ver. Adriano da Farmácia: ACRESCENTA OS PARÁGRAFOS 1° E 2° AO ARTIGO 4° DO PROJETO DE LEI N° 626/2014 QUE "SUSPENDE A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PRESUNÇÃO DOS VALORES VENAIS IMOBILIÁRIOS ANEXO ÚNICO DA LEI N° 5.421/2013, PARA FINS DE COBRANÇA DE IPTU/2014". - Proposta de Emenda nº 04 ao Projeto de Lei nº 626/2014 de autoria do Ver. Hamilton Magalhães: SUPRIME O ART. 3º DO PROJETO DE LEI 626/14 QUE "FICA SUSPENSA A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PRESUNÇÃO DOS VALORES VENAIS IMOBILIÁRIOS ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 5.421/13, PARA FINS DE COBRANÇA DE IPTU/2014". - Proposta de Emenda nº 05 ao Projeto de Lei nº 626/2014 de autoria do Ver. Adriano da Farmácia: ACRESCENTA OS PARÁGRAFOS 1° E 2° AO ARTIGO 5° DO PROJETO DE LEI N° 626/2014 QUE "SUSPENDE A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PRESUNÇÃO DOS VALORES VENAIS IMOBILIÁRIOS ANEXO ÚNICO DA LEI N° 5.421/2013, PARA FINS DE COBRANÇA DE IPTU/2014". - Proposta de Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 625/2014 de autoria do Ver. Dr. Paulo: ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 4º DO PROJETO DE LEI Nº 625/2014. REQUERIMENTO: - Requerimento Nº 00023/2014 de autoria do(a) Vereador(a) Hamilton Magalhães: SOLICITAÇÃO DE INVERSÃO DE DA ESTRUTURA DA SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO. OFÍCIO: - Documento encaminhado pelos vereadores Adriano da Farmácia, Braz Andrade, Hamilton Magalhães, Lilian Siqueira e Dr. Paulo, ao Presidente Gilberto Barreiro, solicitando que a reunião com as lideranças partidárias e blocos parlamentares no intuito de discutir e deliberar acerca da composição da CPI seja realizada na Sessão Ordinária do dia 03/06/2014. - Ofício nº 26/14 do vereador Dr. Paulo Valdir Ferreira solicitando o arquivamento da Proposta de Emenda ao Projeto de Lei nº 626/14, apresentada na Casa em 27 de maio. - Ofício nº 30/2014 do Gabinete da Presidência, em resposta ao Ofício nº 74/2014 encaminhado pelo Ver. Hamilton Magalhães, informando que a solicitação da inversão da pauta de votação somente será possível com aprovação de Requerimento pelo Plenário, com necessária análise jurídica. - Ofício nº 80/2014 encaminhado pelo Ver. Maurício Tutty, solicitando a cessão do Plenário da Câmara Municipal para a realização de um audiência pública a fim de debater os serviços prestados pelas concessionárias de água e esgoto e transporte coletivo em Pouso Alegre, no dia 26/06/2014, a partir das 15h. - Ofício nº 74/14 do Gab. do vereador Hamilton Magalhães solicitando a inversão da pauta da próxima sessão ordinária do dia 03 de junho, em decorrência dos acontecimentos registrados na última sessão. PORTARIA: - Nº 48/2014: HOMOLOGA O ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES QUE MENCIONA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1194, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. - Nº 49/2014: COMPÕE COMISSÃO PARLAMENTAR, CONSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA, DE 27 DE MAIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Ver. Hamilton Magalhães solicitou a apreciação pelo Plenário do Requerimento nº 23/2014. O Presidente Gilberto Barreiro informou que, segundo a Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, é necessária a apreciação jurídica para a inversão na Sessão Ordinária seguinte. O Ver. Hamilton Magalhães declarou que tem havido votações de projetos que entram com 15 (quinze) minutos de antecedência, questionando o motivo pelo qual o Requerimento nº 23/2014 não pode ser votado. O Presidente Gilberto Barreiro informou que este é um procedimento legislativo. O Ver. Dr. Paulo solicitou a leitura na íntegra do Ofício encaminhado pelo IDIPAR à Câmara Municipal. O Presidente Gilberto Barreiro solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do documento. O Ver. Adriano da Farmácia solicitou a leitura na íntegra da petição encaminhada pelo Sr. Carlos Eduardo de Oliveira Ribeiro, que requer a deflagração do processo de cassação da Ver. Dulcinéia Costa. O Presidente Gilberto Barreiro requisitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do documento. O Ver. Hélio Carlos ponderou que é o único vereador com autoridade para fazer questionamento. Disse que o autor do requerimento trabalhou na Câmara Municipal, não cumprindo seu horário, e nunca sendo encontrado. Foi exonerado pela então Presidente Dulcinéia Costa que observou essa questão. Pediu que fosse tomado cuidado com as questões políticas de uma classe burguesa que governa Pouso Alegre há 160 (cento e sessenta) anos, e não consegue engolir uma professora do bairro de São Geraldo que foi Presidente da Câmara Municipal. Encerrada a leitura do expediente, o Presidente Gilberto Barreiro concedeu o uso da Tribuna Livre ao Sr. Sérgio Franco de Oliveira Júnior. **Tribuna Livre:** Às 18h21min ocupou a tribuna o Excelentíssimo Sr. Juiz de Direito, Dr. Sérgio, que iniciou seu pronunciamento agradecendo o ver. Maurício Tutty pelo espaço para divulgar as ações da APAC. Disse que é uma grande honra estar presente à Sessão Ordinária para falar do Projeto APAC, que abraçou desde agosto de 2003. Declarou que quando chegou a Pouso Alegre, deparou-se com uma cadeia pública no centro, em péssimas condições de funcionamento. Comentou sobre o sistema penal falido do país, afirmando que dessa época surgiu a idéia de criar a APAC em Pouso Alegre. Declarou que ainda estão em busca da efetiva implantação deste projeto, que se encontra no início. Acredita que a solução do sistema prisional está na metodologia APAC, pois não conhece nenhum outro sistema tão eficaz quanto este, que é genuinamente brasileiro. Afirmou que o projeto é um dos mais desenvolvidos em vários países do mundo. Comentou sobre a sede própria da APAC, que fica a 5 (cinco) quilômetros da rodovia que liga Pouso Alegre a Borda da Mata. Afirmou que atualmente o centro de recuperação ficou pequeno diante de tantas atividades. Destacou que há 200 (duzentas) vagas integralmente preenchidas por recuperandos. Declarou que o objeto é buscar o cumprimento efetivo da Lei de Execução Penal. Citou que é importante que o recuperando receba o tratamento necessário para que possa retorna à sociedade sem riscos de reincidência. Questionou o sistema tradicional e pediu reflexão sobre o que deve ser feito para que o sistema prisional passe a funcionar. Declarou que o propósito é reverter os índices de reincidência. Apresentou os dados das APACs do país, que têm índice de reincidência de apenas 15% (quinze por cento). Comentou que o objetivo é oferecer a garantia de segurança aos cidadãos do município. Afirmou que a população é a principal beneficiária da metodologia da APAC. Citou que a APAC é o órgão auxiliar do juízo penal. Pediu que a sociedade acreditasse no trabalho da APAC. O Presidente Gilberto Barreiro agradeceu o Sr. Sérgio Franco. Encerrada o uso da Tribuna Livre, realizou-se a chamada dos vereadores inscritos para o uso da Tribuna. **PRONUNCIAMENTOS:** **1º - Maurício Tutty:** Às 18h40min ocupou a tribuna o vereador Maurício Tutty que iniciou seu pronunciamento cumprimentando o Dr. Sérgio pelas palavras e pela oportunidade de poder discutir o trabalho da APAC. Declarou que um grupo que perdeu as últimas eleições em Pouso Alegre compareceu à última Sessão Ordinária para provocar os vereadores. Afirmou que o mesmo grupo deseja transparência, mas se nega a demonstrar quanto ganham alguns empregados da FUVS, quais são as empresas que prestam serviços e consultoria jurídica. Declarou que não faz denuncismo, nem revanchismo. Afirmou que é uma oportunidade para a FUVS demonstrar que não tem deve nada, pedindo que o Presidente da FUVS envie as informações. Destacou que está publicado no Diário Oficial da União que o curso de Medicina da Univás está para fechar por incompetência da gestão. Declarou que é o MEC que está dizendo, e não ele mesmo. Informou as pessoas que desejam fazer um curso de Medicina, com apoio dos programas federais, devem receber a informação. Dirigiu-se a uma senhora presente à Sessão Ordinária, lembrando-se de um episódio que compartilhou em relação ao filho dela. Questionou onde estava a transparência da FUVS. Lembrou de seu discurso da semana anterior, afirmando que as pessoas que lhe deram as costas não usam o transporte público, por serem da classe média alta. Sobre o IPTU, disse que foi muito claro. Afirmou que as pessoas sabem que houve um erro, que está sendo corrigido. Declarou que o Projeto não foi votado na semana anterior porque algumas pessoas na deixara, pois existem especuladores imobiliários. Declarou que o povo pobre do bairro São Geraldo não estava presente à Sessão Ordinária. Afirmou que o senhor que utilizava um nariz de palhaço deveria ser um grande palhaço por defender uma burguesia que o usa como massa de manobra. Dirigiu-se aos moradores do bairro Faisqueira, que não recebe o tratamento de esgoto da Copasa, destacando que as pessoas estão vendendo as casas por conta do cheiro forte. Declarou que o PSDB não administrará o país e nem Pouso Alegre. Pediu que as pessoas se encaminhassem para as urnas, declarando que ganhou a eleição nas urnas. Encerrou, declarando “fora Copasa” e fora “Princesa do Sul”. O Ver. Hamilton Magalhães declarou que pelo o que aconteceu que pediu para alterar as fases da Sessão Ordinária, destacando que era mais importante votar o projetos do que fazer uso da tribuna. **2º - Adriano da Farmácia:** Às 18h54min ocupou a tribuna o vereador Adriano da Farmácia que iniciou seu pronunciamento Declarou que foi eleito para representar a população pousoalegrense e não tem o “rabo preso” com ninguém. Afirmou que não pertence a nenhum grupo, buscando somente a defesa da população de Pouso Alegre. Sobre a CPI, informou que esta foi instaurada, mas com vícios. Declarou que os principais cargos da CPI ficaram com a base do governo. Afirmou que será necessária a participação efetiva da população de Pouso Alegre na CPI para investigação dos supersalários da Prefeitura Municipal. Agradeceu a presença da população e de representantes da OAB. Agradeceu a presença da imprensa, pedindo que participem da CPI. Agradeceu os vereadores Hamilton Magalhães, Lilian Siqueira, Dr. Paulo, Braz Andrade, que estão fazendo um bom trabalho no que se refere à fiscalização do Poder Executivo. Afirmou que o povo não merece o descaso do governo, além das ações judiciais por atos de improbidade administrativa. Declarou que há atos de incompetência e inexperiência que chegam a ser absurdos. Asseverou que existem várias infrações político-administrativas. Afirmou que é um Governo voltado para interesses particulares e partidários. Dirigiu-se ao Prefeito e à base governamental, declarando que o povo precisa de super-educação, supersalários, supersegurança e infraestrutura. Pediu que os recursos fossem aplicados em benefício da cidade, e não de um grupo político incompetente, e supostamente relacionado a desvio de dinheiro público. Declarou que o povo quer justiça, com aplicação rigorosa da lei. Afirmou que se a atual administração permanecer no poder, haverá muitos casos de injustiça e uma cidade afundada em dívidas. Comentou sobre o gesto de desrespeito e descaso com o povo de Pouso Alegre cometido pela Ver. Dulcinéia Costa, declarando que a Vereadora deu as costas para a população. Afirmou que o ato da vereadora entrará para a história de Pouso Alegre. Declarou que o povo de Pouso Alegre e ele estão muito envergonhados por ver a cidade envolvida em mais um escândalo, provocado pela ex-Presidente, que tinha por obrigação legislar em prol da comunidade. Declarou que o gesto de desrespeito condiz com a base governamental a qual ela faz parte. Comparou o gesto da Ver. Dulcinéia Costa ao realizado pela ex-Deputada do PT, Ângela Guadagnin, que manifestou sua alegria pela absolvição do Deputado João Magno que teria recebido dinheiro do mensalão. Lembrou que foi protocolado o pedido de cassação produzido pelo Sr. Carlos Eduardo Ribeiro. Dirigiu-se ao Presidente e ao Corregedor, afirmando que o povo deseja uma resposta. Espera que a Câmara Municipal não seja omissa, nem desleal com a população. Afirmou que não deseja que tudo não acabe em pizza. Dirigiu-se ao Prefeito, afirmando que para uma gestão eficiente é necessário trabalho, honestidade e transparência, que são itens que ele e a base governamental não possuem. O Presidente Gilberto Barreiro agradeceu a presença da população do bairro Cidade Jardim e afirmou que a Casa está à disposição**. 3º - Dulcinéia Costa:** Às 19h06min ocupou a tribuna a vereadora Dulcinéia Costa que iniciou seu pronunciamento declarando que foi protocolada uma representação de pedido de cassação de seu mandato político. Afirmou que a representação se baseia no fato de a vereadora ter se virado de costas na Sessão Ordinária anterior. Declarou que este ato foi um protesto contra a falta de educação de alguns presentes, capitaneados pelo grupo do Sr. Rafael Simões. Afirmou que tem compromisso com o povo de Pouso Alegre, que a elegeu. Comentou que estará sempre de peito aberto para a população. Declarou que continuará virando as costas para a “elite podre”, sem medo de retaliação. Afirmou que tem orgulho de ter aprendido com a comunidade do bairro São Geraldo e com a comunidade do bairro Árvore Grande e região. Disse que o advogado Carlos Eduardo de Oliveira Ribeiro fez a denúncia por razões pessoais. Informou que este foi exonerado por ela quando ocupou a função Presidente da Câmara Municipal. Afirmou que o advogado raramente comparecia ao trabalho, e prestava uma péssima Assessoria Jurídica. Afirmou que o advogado praticou falta de ética disciplinar, advogando contra o Município de Pouso Alegre enquanto era Assessor Jurídico da Câmara Municipal. Declarou que entrará com um processo contra este advogado na OAB. Comentou que o Ver. Adriano da Farmácia tentou receber indenização ilícita da Prefeitura Municipal e que cometeu crime de identidade ideológica. Afirmou também que o Ver. Adriano da Farmácia usou de sua autoridade como vereador para desacatar um Agente de Trânsito. Comentou sobre a péssima gestão do Sr. Rafael Simões na Univás, que levou à falência do curso de medicina. Declarou que a EPTV deveria divulgar que o FIES e o PROUNI para a faculdade de Medicina foram cancelados. Afirmou que os alunos da Faculdade de Medicina são vítimas da incompetência. Comentou que recebeu um dossiê sobre o Sr. Rafael Simões e que o encaminhará para o Ministério Público. Ofereceu também à EPTV, lembrando que o órgão de imprensa perderá as propagandas da Faculdade de Direito e da Univás. Afirmou que jamais viraria as costas para a população. Declarou que em outra oportunidade gostaria de comentar sobre a dor de barriga que teve o “Fernando da Gata” na casa do Sr. Tadeu Dedinho quando esteve em Pouso Alegre aterrorizando a população. Encerrado o uso da Tribuna, o Presidente deu início ao Intervalo Regimental. Reiniciada a Sessão, o Presidente solicitou a recomposição de quorum, sendo constatada a presença de todos os vereadores. O Presidente passou a discussão e votação da matéria constante da **Ordem do Dia**. O Presidente Gilberto Barreiro, referindo-se à leitura do requerimento do Sr. Carlos Eduardo de Oliveira Ribeiro, o qual solicita a **abertura da Comissão Processante contra a Ver. Dulcinéia Costa**, e por conta do Decreto Federal nº 201/1967, convocou em votação nominal a aceitação ou não da denúncia, que seria feita individualmente e verbalmente por cada um dos vereadores. Os vereadores Wilson Tadeu Lopes, Rafael Huhn, Ayrton Zorzi, Maurício Tutty, Dulcinéia Costa, Hélio Carlos, Mário de Pinho e Gilberto Barreiro votaram “não”, rejeitando a instauração da Comissão Processante. Os vereadores Hamilton Magalhães, Lilian Siqueira, Ney Borracheiro, Dr. Paulo, Adriano da Farmácia, Braz Andrade e Flávio Alexandre votaram “sim”, aprovando a instauração da Comissão Processante. Por 8 (oito) votos a 7 (sete) a abertura da Comissão Processante contra a Ver. Dulcinéia Costa foi rejeitada. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 15/2014 que “altera a redação do parágrafo único do art. 27 da Lei Orgânica Municipal”.** Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **2ª votação**, sendo aprovado por 15 (quinze) votos**. Projeto de Lei nº 7054/2014 que “dispõe sobre denominação de via pública: Rua Maria Goreti de Souza Gonçalves (\*1957 +2013)”**.O Ver. Braz Andrade comentou sobre a história da homenageada. O Ver. Mário de Pinho parabenizou o Ver. Braz Andrade. Comentou ainda que a homenageada fez parte da associação de moradores do bairro São Geraldo. Não havendo mais vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos**. Em questão de ordem, o Ver. Adriano da Farmácia pediu explicações por que a Ver. Dulcinéia Costa deveria votar, já que está envolvida na situação. Afirmou que a Ver. Dulcinéia Costa não deveria votar. Questionou qual a lei prevê a possibilidade de a parte envolvida votar. Destacou que se a Ver. Dulcinéia Costa não tivesse votado, a solicitação seria aprovada por 7 (sete) votos a 6 (seis). O Presidente declarou que o Ver. Adriano da Farmácia possui a Lei Orgânica. Destacou que existe uma advogada que cuida do trabalho do Ver. Adriano da Farmácia, pedindo que ele a consulte. Projeto de Lei nº 7055/2014 que “dispõe sobre denominação de logradouro público: Rua Arnaldo Baggio (\*1916 + 2010)”**.Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos**. Projeto de Lei nº 7056/2014 que “dispõe sobre denominação de logradouro público: Rua Bernadete da Silva Borges (\*1956 + 2007)”**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos**. A Ver.** Lilian Siqueira agradeceu os vereadores pela votação. Comentou que não conheceu a homenageada, mas admira muito a filha da Sra. Bernadete. **Projeto de Lei nº 7057/2014 que “dispõe sobre denominação de logradouro público: Travessa Rita Maria dos Santos (\*1908 +2005)”**.Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 7061/2014 que “dispõe sobre denominações de logradouros públicos no Loteamento Astúrias”**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 7053/2014 que “institui a comenda ‘Nonô e Naná’ a ser concedida aos artistas de destaque em Pouso Alegre e dá outras providências”**. O Ver. Maurício Tutty comentou que é uma honra poder instituir a comenda em homenagem a Nonô e Naná, prestigiando os artistas do município. Acredita que não há outro caminho senão a educação para promover a cidadania. Entende que a comenda valoriza a cultura sertaneja. O Presidente Gilberto Barreiro pediu que os presentes não se manifestassem de forma a atrapalhar o andamento da Sessão Ordinária. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **2ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Ver. Maurício Tutty agradeceu todos os vereadores. Afirmou que a cidade oferecerá uma comenda significativa para que o município seja melhor para todos. **Emenda nº 01 ao Projeto de Lei nº 569/2013 que “acrescenta o parágrafo 1º ao artigo 6º do Projeto de Lei nº 569/13 que ‘autoriza o chefe do Poder Executivo a transferir o imóvel que menciona à empresa Potencial TJT Poços Artesianos e Construtora LTDA, CNPJ nº 03.683.600/0001-50, descaracteriza área verde e dá outras providências’”**.O Ver. Adriano da Farmácia pediu a retirada da Emenda nº 01/2014 ao Projeto de Lei nº 569/2013. O Presidente Gilberto Barreiro retirou a Emenda nº 01/2014 ao Projeto de Lei nº 569/2013. **Emenda nº 02 ao Projeto de Lei nº 569/2013 que “dá nova redação ao parágrafo único do artigo 2º e acrescenta o artigo 7º e parágrafo único ao Projeto de Lei nº 569/2013”**. O Ver. Hamilton Magalhães perguntou se não se poderia discutir a Emenda. O Presidente Gilberto Barreiro afirmou que nenhum vereador pediu a discussão. Não havendo vereadores dispostos a discutir, a emenda foi colocada em **única votação**, sendo aprovadapor 10 (dez) votos a 5 (cinco). Votos contrários dos vereadores Dr. Paulo, Hamilton Magalhães, Adriano da Farmácia, Lilian Siqueira e Flávio Alexandre. O Ver. Hamilton Magalhães afirmou que a Emenda é de contrapartida, não demonstrando quantos poços serão construídos. O Ver. Wilson Tadeu Lopes explicou que não há uma previsão de quantos poços serão construídos, de modo que colocou uma previsão em metros quadrados. **Projeto de Lei nº 569/2013 que “autoriza o chefe do Poder Executivo de Pouso Alegre a transferir o imóvel que menciona à empresa Potencial TJT Poços Artesianos e Construtora LTDA, CNPJ nº 03.683.600/0001-50, descaracteriza área verde e dá outras providências”**.O Ver. Hamilton Magalhães afirmou que o projeto trata de uma doação de área pública valorizada pela Prefeitura Municipal em R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais). Destacou que a contrapartida é a demonstrada pelo Líder de Governo, sendo que a empresa se comprometeu a investir R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinqüenta mil reais). Declarou que o projeto já foi questionado pelo Ministério Público. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **2ª votação**, sendo aprovado por 9 (nove) votos a 5 (cinco). Votos contrários dos vereadores Dr. Paulo, Hamilton Magalhães, Adriano da Farmácia, Lilian Siqueira e Flávio Alexandre. O Presidente Gilberto Barreiro não votou. O Ver. Hamilton Magalhães afirmou que a aprovação do Projeto é a demonstração de como tratar o patrimônio público como patrimônio privado. **Projeto de Lei nº 618/2014 que “regulariza a utilização de veículos adquiridos pela União, por intermédio do Ministério da Educação, para o transporte escolar público gratuito para universitários e estudantes de cursos profissionalizantes e dá outras providências”.** Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **2ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. A Ver. Lilian Siqueira afirmou que se a tivesse sido permitido fazer uso da tribuna, falaria sobre a necessidade de melhor atender os alunos da zona rural. Declarou que os alunos são mal atendidos e por vezes é usado como desculpa a falta de óleo diesel. A Ver. Dulcinéia Costa explicou o conteúdo do projeto. O Ver. Maurício Tutty afirmou que o projeto demonstra a responsabilidade da Administração Pública. Declarou que os que inoportunamente vaiam os vereadores não sabem o que estão falando. Destacou que o Governo Municipal está fazendo a diferença, permitindo que os jovens menos favorecidos possam estudar. O Ver. Adriano da Farmácia pediu que o projeto fosse executado. Afirmou que as estradas rurais estão em péssimas condições, mas que os habitantes da zona rural também pagam seus impostos. **Projeto de Lei nº 7059/2014 que “declara de utilidade pública o Pouso Alegre Gladiadores Associação Desportiva Amadora”.** Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Presidente Gilberto Barreiro informou que seria votado, primeiramente, o **parecer contrário, exarado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, ao Projeto de Lei nº 7060/2014, que “dispõe sobre a concessão de passe livre para as pessoas com deficiência física e necessidades especiais e acompanhante no transporte coletivo urbano de passageiros, no âmbito do município de Pouso Alegre e dá outras providências”**. O Ver. Maurício Tutty solicitou ao Presidente Gilberto Barreiro que fosse realizada a leitura do conteúdo do Projeto de Lei e do parecer. O 1º Secretário, Ver. Mário de Pinho, efetuou as leituras. O Ver Maurício Tutty declarou que os portadores de necessidades especiais estão sendo humilhados pela Viação Princesa do Sul. Comentou que foi recebida na APAE a notícia de que a Viação Princesa do Sul não realizaria mais o transporte. Afirmou que já pediu mais de uma vez que o Poder Executivo enviasse o Projeto de Lei. Declarou que o passe livre é para garantir a dignidade de todos. Pediu o apoio dos vereadores para que seja enviada uma petição ao Poder Executivo pedindo o passe livre aos portadores de necessidades especiais e seus acompanhantes. O parecer foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 621/2014 que “autoriza a concessão de auxílio financeiro, de forma excepcional, aos integrantes do ‘Ballet Luiz Henrique’, classificados para participarem do Grand Prix Dance Europe 2014, em Barcelona, Espanha, de 11 a 15 de Junho de 2014”**.Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 10 (dez) votos a 4 (quatro). Votos contrários dos vereadores Hamilton Magalhães, Hélio Carlos, Lilian Siqueira e Adriano da Farmácia. **Projeto de Lei nº 623/2014 que “desafeta área institucional no Loteamento Mirante Santa Bárbara, autoriza o chefe do Poder Executivo a celebrar escritura de permuta de imóveis com o senhor José Frederico da Rosa e dá outras providências”**.Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos a 1 (um). Voto contrário do Ver. Hélio Carlos. O Ver. Hélio Carlos justificou seu voto contrário, afirmando que este loteamento atende a interesses particulares de grupos imobiliários, que não tiveram critério com a questão ambiental do Loteamento Mirante Santa Bárbara. **Projeto de Lei nº 624/2014 que “autoriza a abertura de crédito especial, no valor de R$ 250.000,00, na forma dos artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64, altera o Plano Plurianual PPA – 2014-2017 (Lei nº 5.332), Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2014 (Lei nº 5.343) e a Lei do Orçamento Anual (Lei nº 5.420).** Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 13 (treze) votos. O Ver. Hélio Carlos não votou. **Projeto de Lei nº 625/2014 que “autoriza a utilização do sistema de credenciamento de médicos plantonistas, para fins de contratação de prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) Municipal para a população local e dá outras providências”**. O Ver. Hélio Carlos afirmou que a população mais pobre de Pouso Alegre aguarda até 10 (dez) horas para atendimento no Hospital das Clínicas Samuel Libânio e não recebe o tratamento adequado. Afirmou que o mesmo gestor do Hospital Regional prejudicou a população do bairro Nossa Senhora de Guadalupe, retirando os médicos que atendiam no CAIC São João. Afirmou que foi mais um ato de autoritarismo do gestor da Univás. Parabenizou o Governo Municipal que não deixou faltar médicos no Pronto-atendimento do bairro São João. O Ver. Wilson Tadeu Lopes pediu a inclusão e votação do Requerimento nº 24/2014 que “solicita votação única para o Projeto de Lei nº 625/2014”. O Ver. Dr. Paulo, diante da inexistência de uma segunda votação, pediu a inclusão e votação da Emenda nº 01/2014 ao Projeto de Lei 625/2014 que “altera a redação do artigo 4º do Projeto de Lei nº 625/2014”. O 1º Secretário, Ver. Mário de Pinho, fez a leitura da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei 625/2014. O Presidente Gilberto Barreiro colocou em votação a **inclusão e votação da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei 625/2014** **que “altera a redação do artigo 4º do Projeto de Lei nº 625/2014”**.Não havendo vereadores dispostos a discutir, a inclusão e votação da Emenda nº 01 foi colocada em **única votação**, sendo aprovada por 14 (catorze) votos. O Ver. Maurício Tutty não votou. Em seguida, o Presidente Gilberto Barreiro colocou em votação a **inclusão e votação do Requerimento nº 24/2014 que “solicita votação única para o Projeto de Lei nº 625/2014”**.A inclusão e votação do requerimento foram colocadas em **única votação**, sendo aprovadas por 14 (catorze) votos.Após, o Presidente Gilberto Barreiro colocou em votação o **Projeto de Lei nº 625/2014 que “autoriza a utilização do sistema de credenciamento de médicos plantonistas, para fins de contratação de prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) Municipal para a população local e dá outras providências”**.Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Ver. Hamilton Magalhães solicitou a inclusão na Ordem do Dia da Emenda nº 04 ao Projeto de Lei nº 626/2014. O Ver. Adriano da Farmácia solicitou a inclusão na Ordem do Dia da Emenda nº 05 ao Projeto de Lei nº 626/2014. O Ver. Hamilton Magalhães declarou ainda que desejava retirar da Ordem do Dia a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei nº 626/2014. O Presidente Gilberto Barreiro informou que seria realizada a leitura do Parecer Jurídico exarado em referência às Emendas nº 04 e 05 ao Projeto de Lei nº 626/2014. O parecer exarado pela Assessoria Jurídica foi contrário, por considerar que as Emendas nº 04 e 05 ao Projeto de Lei nº 626/2014 ultrapassam os limites legais de atuação da edilidade. O Ver. Hamilton Magalhães explicou o conteúdo da Emenda nº 04, declarando que se tratava da retirada da correção monetária sobre o IPTU que foi pago no ano anterior. Entende que o artigo do Projeto de Lei é inconstitucional. O Ver. Adriano da Farmácia explicou o conteúdo da Emenda nº 05, destacando que colocava um prazo de 30 (trinta) dias para a restituição dos valores pagos neste ano. Acredita que a lei antiga deveria ser revogada. Afirmou que o aumento de 5,81% (cinco vírgula oitenta e um por cento) é inconstitucional, já que, como a votação aconteceu naquele dia, a lei deveria revogar a partir do ano seguinte. Declarou que o IPTU é devido do dia 1º de janeiro ao dia 31 de dezembro. Considera que a votação deveria corresponder ao IPTU do ano anterior, sem a correção. Asseverou que as emendas tinham como objetivo retirar o aumento de 5,81% (cinco vírgula oitenta e um por cento), e devolver para os contribuintes que já pagaram os valores de 2014. Comentou que há um descaso com a população ao afirmar que as emendas são inconstitucionais. Afirmou que o Projeto de Lei é inconstitucional. Declarou que deveria ser pago o mesmo valor de IPTU do ano anterior, sem correção. Declarou que em relação ao lixo, não há o retorno desejado, já que não existe uma empresa competente para exercer as atividades. Disse que o IPTU corresponde a 5% (cinco por cento) da arrecadação do município, questionando o motivo pelo qual se sacrifica a população com o aumento abusivo. O Presidente Gilberto Barreiro declarou que acreditava que o Ver. Adriano da Farmácia estava extrapolando. O Ver. Adriano da Farmácia declarou que ainda possuía dois minutos de fala. O Presidente Gilberto Barreiro pediu que o Ver. Adriano da Farmácia não falasse “besteira”. O Ver. Adriano da Farmácia questionou qual “besteira” estaria falando. O Presidente Gilberto Barreiro informou que dotação orçamentária é responsabilidade do Poder Executivo. O Ver. Adriano da Farmácia falou que o Presidente Gilberto Barreiro cometou uma quebra de decoro parlamentar. O Ver. Adriano da Farmácia declarou que não estava fugindo do assunto, pois discutia o IPTU e as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 626/2014. O Ver. Ayrton Zorzi considerou existir um equívoco, pois o IPTU não é como o Imposto de Renda, já que se deve considerá-lo no exercício de 2014. Afirmou que o IPTU poderá ser cobrado em 90 (noventa) dias após a votação. O Presidente Gilberto Barreiro colocou em votação o **parecer contrário, exarado pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, às Emendas nº 04 e 05 ao Projeto de Lei nº 626/2014, em que “fica suspensa a aplicação da metodologia de presunção dos valores venais imobiliários Anexo Único da Lei nº 5.421/13, para fins de cobrança de IPTU/2014”**. O parecer foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 8 (oito) votos a 6 (seis). Votos contrários dos vereadores Adriano da Farmácia, Braz Andrade, Dr. Paulo, Flávio Alexandre, Hamilton Magalhães e Lilian Siqueira. O Ver. Ney Borracheiro afirmou que votou “não”. O Ver. Wilson Tadeu Lopes solicitou a **inclusão e votação do** **Requerimento nº 25/2014 que “solicita votação única para o Projeto de Lei nº 626/2014”**.O requerimento foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 626/2014 em que “fica suspensa a aplicação da metodologia de presunção dos valores venais imobiliários Anexo Único da Lei nº 5.421/13, para fins de cobrança de IPTU/2014”**. O Ver. Hamilton Magalhães afirmou que votaria favoravelmente, apesar de não ter sido aprovada a emenda que retiraria a correção do valor, o que considera injusto. O Ver. Hélio Carlos também declarou que votaria favoravelmente, considerando o entendimento dos vereadores de base, que alertaram o Prefeito Municipal a respeito do equívoco que aconteceu. Destacou que o valor está defasado há 17 (dezessete) anos e nenhum Governo teve coragem de fazer a correção dos valores. Afirmou que os vereadores da base não podem ser enganados por Secretários da Administração Municipal. Afirmou que havia o comprometimento de que o aumento do IPTU aconteceria de forma gradativa. Comentou que os vereadores da base foram enganados, solicitando que o Governo Municipal exonere o Secretário de Finanças, que foi o culpado pelo aumento desordenado. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Ver. Flávio Alexandre não votou. O Presidente Gilberto Barreiro informou que não constou o voto do Ver. Flávio Alexandre, e declarou que o vereador foi favorável ao Projeto de Lei nº 626/2014. **Projeto de Resolução nº 1229/2014 que “altera e acrescenta dispositivos do Regimento Interno, no que tange às Comissões Permanentes”**. O Ver. Rafael Huhn informou que o Projeto de Resolução prevê de forma permanente a criação das Comissões de cultura, educação, esporte e lazer, saúde, meio ambiente e proteção animal. Declarou que cada vereador poderá ter, de forma organizada, reuniões com propostas definidas. Solicitou ao Presidente Gilberto Barreiro a presidência da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, pois acredita que devem debater, já no início, a reestruturação da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte. Acha que essa Comissão será propositiva, no sentido oferecer proposições em conjunto com a população. Acredita ser uma grande conquista para a Câmara Municipal. A Ver. Dulcinéia Costa parabenizou o Ver. Rafael Huhn pela elaboração do projeto, pois haverá integração com a população, por proporcionar ações mais próximas nessas áreas. Afirmou que também gostaria de participar da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em virtude da importância para o município. O Ver. Hélio Carlos parabenizou o autor do projeto, pelo comprometimento, especialmente em relação à proteção animal. Declarou que os vereadores estão deixando a desejar no que se refere às audiências públicas, que estão falhas dentro de outras comissões. Acredita que existem grandes discussões, especialmente no que se refere às carroças que trafegam pelo município. Não mais havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **1ª votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Resolução nº 1230/2014 que “altera os artigos 1º, 2º e 3º e revoga os artigos 4º, 5º e 6º da Resolução nº 1.061/2008, e revoga a Resolução nº 1.191/2013, que dispõem sobre a Escola do Legislativo ‘Professor Rômulo Coelho’”**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Decreto Legislativo nº 27/2014 que “altera dispositivos do Decreto Legislativo nº 03/2013, que institui o Órgão Oficial eletrônico da Câmara Municipal de Pouso Alegre”**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Solicitação do Sr. José Carlos da Costa, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal de cessão do Plenário desta Casa no dia 04 de junho, das 14 às 17h, para reunião explicativa com INSS, Receita Federal e contadores da região sobre novo sistema de informação**. A solicitação foi colocada em **única votação**, sendo aprovada por 14 (catorze) votos. **Ofício nº 275/14 do Gabinete do Deputado Estadual de Minas Gerais, Ulysses Gomes, solicitando o Plenário desta Casa para o dia 05 de junho, para a realização de Audiência Pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, com o objetivo de debater o Projeto de Lei Complementar nº 465/13, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Pouso Alegre**. A solicitação foi colocada em **única votação**, sendo aprovada por 14 (catorze) votos. O Ver. Rafael Huhn pediu a palavra para informar que cinco vereadores, indicados conforme o trâmite previsto no Regimento Interno e na Lei Orgânica Municipal, participarão da CPI que discutirá os supostos supersalários de médicos que prestaram serviços à Prefeitura Municipal. Comunicou que a composição da CPI ficou disposta da seguinte maneira: Ver. Ayrton Zorzi, Ver. Dulcinéia Costa, Ver. Hamilton Magalhães, Ver. Adriano da Farmácia e Ver. Rafael Huhn. Comentou que de forma democrática, a Comissão elegeu seus representantes, destacando que o Ver. Rafael Huhn seria o Presidente; a Ver. Dulcinéia Costa, Relatora; e o Ver. Ayrton Zorzi, Secretário. Esclareceu que a função da Presidência será conduzir, destacando que os atos serão abertos e gravados. Afirmou ainda que as reuniões serão programadas e os atos votados, garantindo transparência. Declarou que não aceitarão pré-julgamentos de forma leviana, invertendo a ordem dos fatos. Declarou que todos os vereadores poderão participar das reuniões. E, nada mais havendo a tratar, a presente sessão é encerrada às 21h08min. Ficam fazendo parte integrante desta Ata os relatórios emitidos pelo sistema eletrônico de votação, composto pela Ata resumida da Reunião e pelos registros individualizados das proposições apreciadas e votadas. E, para constar, eu, Luiz Guilherme Ribeiro da Cruz, Analista Legislativo, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário da Mesa Diretora, e por mim.

Sala das Sessões em 03 de junho de 2014.

Gilberto Barreiro Mário de Pinho

Presidente 1º Secretário